



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

## INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;*

*“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;*

*“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;*

*“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;*

*“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;*





*"VI – estimativa do valor da contratação, [...]"* (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*"IV – descrição da solução como um todo, [...]"* (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*"VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;"* (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*"X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]"* (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*"XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]"* (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

*"VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes"* (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

*"XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]"* (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

*"XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."* (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, considerando o problema administrativo representado no seguinte questionamento:

**COMO MANTER A FROTA MUNICIPAL, EM CONDIÇÕES REGULARES E SEGURAS DE USO NAS SUAS DIVERSAS FUNCIONALIDADES, CONSIDERANDO SUAS CARACTERÍSTICAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS, PARA FAZER FRENTE AS DEMANDAS DA GOVERNANÇA PÚBLICA?**

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

**SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 1.1. Contexto da Situação Problema:

A Gestão Municipal, tem a obrigação de manter a frota municipal, na sua totalidade, em condições de uso, garantido a disponibilidade dos veículos, máquinas, caminhões e





equipamentos, em situação regular para atender as demandas da população a tempo do chamado. Outro sim, ainda em relação as obrigações da Gestão Municipal no tocante a questão “frota”, é imperativo a preocupação constante visando a renovação dos elementos, tornando a frota mais eficiente em termo de utilização de insumos e necessidade de manutenção, bem como, mais eficaz no desenvolvimento dos trabalhos e consequentemente mais efetividade dos resultados objetivados no planejamento.

Observa-se que a frota municipal está distribuída em conformidade com as secretarias, e/ou departamentos, e/ou ainda nas divisões municipais, sendo atribuídos estes, individualmente aos seus itens lotados, a responsabilidade de acompanhamento das necessidades de manutenção, da guarda, da conservação, limpeza, ou seja, das condições de uso e conservação do bem patrimonializado.

Observa-se ainda, que o Município não tem um plano formalizado para renovação da frota, ou seja, tanto as aquisições, quanto as alienações de elementos da frota, ocorrem pela observação *in loco* das condições de utilização do bem, quando dos considerados inservíveis, ou então, pela observância cotidiana da necessidade de aquisições de elementos novos. Em tempo, não há um plano para considerar como referência inicial para renovação da frota, a “Depreciação Contábil do bem” (5 anos), ainda que, quando das alienações, seja considerado.

O Município, tem contratada a Plataforma Equiplano, a qual oferece entre outros, o Sistema Controle da Frota. Portanto, o Município já possui as condições tecnológicas para suportar um controle eficaz sobre todas as situações que envolva cada um dos elementos integrantes da frota municipal, restando apenas a designação de servidor para alimentar o Sistema com as informações diárias, para dar efetividade a ferramenta.

Não obstante, registra-se a necessidade de contratações de empresas privadas, para atender as inúmeras demandas que envolvem toda a frota municipal, independentemente de onde estão locados os itens, indiferentes se serviços ou produtos necessários, ou ainda, quanto à organização, controles e guarda da frota.

Apenas para exemplificar, certo de que não se tem a pretensão de ser exaustivo, lista-se abaixo, produtos e serviços que tem relação direta com a gerência da frota municipal, a saber:

“Combustíveis, lubrificantes, fluídos, graxas, arla, aditivos e baterias; pneus, câmaras de ar; seguros veiculares; revisões obrigatórias; manutenção preventiva; manutenção corretiva; reparação mecânica; reparação elétrica; reparação de funilaria e chapeação; sistema de arrefecimento e de refrigeração (ar condicionado); recapagens, vulcanizações, consertos, montagens, desmontagens e rodízios de pneus; estofaria, lavagens e lubrificações”.

Somam-se ainda, atenção às questões de:

“Local para garagem e estacionamento; traslado de máquinas pesadas; estrutura física do parque de máquinas; estrutura física do administrativo, equipamentos e ferramentas da oficina”.

Verifica-se então, que as pretensas contratações com relação direta e indireta à gestão da frota municipal, interessam tanto a população que será beneficiada com os serviços prestados,





quanto, às respostas às questões propostas e objetivadas pela governabilidade, bem como, suportaram os interesses e as condições de governança da Gestão Administrativa Municipal.

É imperativo que a Administração, oportunize as contratações necessárias e pertinentes à continuidade dos serviços públicos com a utilização dos elementos da frota municipal.

No desempenho das atividades públicas o Gestor deve tomar por base determinação legal, mormente os preceitos e princípios lógicos que norteiam a gerência dos bens públicos, pois a Administração Pública, no contexto contemporâneo, marcada pela evolução dos padrões de controle, importando-se com a economicidade e o resultado efetivo de suas ações. Igualmente a gestão da frota municipal perpassa por contratações pautadas em princípios elencados na Constituição Federal, principalmente os citados ao caput do art. 37, sendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência, além de outros, todos voltados para um bem maior que se tutela, que é o pleno funcionamento dos elementos da frota municipal, colocados à disposição da população ao tempo das suas necessidades.

Consiste assim, especificamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Município precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimonial, recursos e as políticas públicas.

Portanto, é necessário que o Município disponha de um Gestor da frota, que além de alimentar o Sistema de Gerenciamento da plataforma já contratada, aplique ou faça aplicar as recomendações que o próprio Sistema sugere na sua funcionalidade, de modo que a frota permaneça permanentemente em condições de uso.

Nestas considerações, há a necessidade de a Administração Municipal, dispor de diversas contratações, para que a gestão da frota não enfrente situações de impossibilidade ou ainda de dificuldades operacionais, provocadas por falta de planejamento nas contratações públicas.

## 1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL prover com eficácia, a capacidade da frota municipal para atender a demanda de serviços públicos dependentes do uso dos elementos da frota municipal, independente de em qual das secretarias municipais estejam lotados.

1.2.2. Conforme competências atribuídas nos termos da Lei nº 776/2017, cabe às Secretarias e Divisões responsáveis, monitorar e gerir a frota municipal:

*Art. 47 A Divisão de Gestão da Frota, vinculada diretamente ao Diretor do Departamento de Infra Estrutura Rural, compete:*

*I - Gerir o serviço informatizado de controle centralizado de toda a frota de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos rodoviários do Município; elaborar plano de manutenção preventiva e corretiva para a frota; efetuar o controle de almoxarifado de peças; manter o controle de aquisição e fornecimento de peças; gerir e controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes; produzir e expedir relatórios detalhados dos controles relacionados com a frota e aos servidores*





*Art. 50 A Divisão de Transporte Escolar, vinculada diretamente ao Diretor do Departamento de Educação, compete:*

*I - Garantir o acesso dos alunos às escolas; fiscalizar os veículos de transporte escolar, as linhas, as condições de tráfego, velocidade e segurança dos alunos; verificar a habilitação dos condutores dos veículos de transporte escolar, de acordo com legislação federal pertinente; denunciar irregularidades detectadas e tomar medidas para saná-las; acompanhar e controlar a execução dos contratos e aditamentos referentes ao transporte escolar, acompanhar a manutenção da frota escolar municipal, organizar cronograma de manutenção e utilização dos veículos.*

*Art. 58 A Divisão de Gestão de Veículos, vinculada diretamente ao Diretor do Departamento de Administração em Saúde, compete:*

*I - organizar e operar o cadastro dos veículos pertencentes a frota da saúde; planejar, coordenar, executar e controlar a manutenção de todos os veículos da saúde; pesquisar e propor métodos de redução de custos de manutenção de todos os veículos; a manutenção e controle operacional da frota de veículos e controle de uso; a programação, a coordenação e a execução da política de utilização e manutenção de veículos da saúde; zelar pelos veículos providenciando os reparos em caso de avarias; controlar através de cadastro e verificações periódicas o estado de conservação da frota, comunicar imediatamente aos setores competentes quando da ocorrência de sinistros ou avarias nos veículos para que sejam tomadas as medidas cabíveis.*

A frota municipal atende a todas as secretarias e divisões do Município, portanto, no intuito de organizar de maneira gerencial, a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, é também responsável pelo acompanhamento do fornecimento ou da prestação de serviços que estejam relacionados a todas as áreas administrativas. Neste sentido, cabe à esta Secretaria, ocupar-se ainda da providência de pneus para toda frota municipal.

1.2.3 A presente contratação, é indispensável e por vezes, deveria ser mantido contrato vigente, com saldo a requisitar a tempo integral, pois trata-se de um produto, singular para o funcionamento da frota municipal.

1.2.4. Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

BENEFÍCIO 1: Prover, mesmo que por um procedimento impulsionado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, condições de uso de toda a frota a disposição do Município;

BENEFÍCIO 2: Quando avaliada a necessidade total da frota, que seja para cada um dos produtos ou dos serviços, não apenas as necessidades de uma ou outra Secretaria Municipal, permite que as contratações sejam em quantitativo maior, o que por fim poderá resultar em economia em contratações por lote de maior quantidade;





BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com inúmeros certames durante um período orçamentário, tornando todo o sistema de contratações municipal mais eficiente e eficaz;

BENEFÍCIO 4: Manter contrato vigente em quantidades a requisitar que venham atender a demanda em tempo real, não comprometendo os serviços públicos;

BENEFÍCIO 5: Permitir a eliminação da necessidade de impulsionar procedimentos na modalidade de dispensa em caráter de urgência, sem verdadeiramente se tratar de urgência, sendo apenas provocadas por deficiência no planejamento;

BENEFÍCIO 6: Reduzir as interrupções dos serviços públicos, através da implantação e aplicação eficaz do Sistema de Gerenciamento de Frotas, que por sua vez, já está contratado pelo Município para canalizar informações solicitadas e de cumprimento obrigatório que sejam enviadas à órgãos superiores;

BENEFÍCIO 7: Ainda na questão sistema gerencial, é possível através do gerenciamento, se antecipar a várias situações que tem potencial a se tornar problemas, e deste modo, conduzir ações e contratações que minimizem ou até eliminem a ocorrência destas situações que poderiam deixar algum dos elementos da frota, inoperante; e

BENEFÍCIO 8: O Sistema de Gerenciamento da Frota,

1.3 A ausência de contratações com objetos necessários ao bom funcionamento da frota municipal, acarretará inúmeras situações problemas nas diversas secretarias, comprometendo a Administração como um todo.

1.4. As contratações deverão ser concentradas, considerando volumes suficientes a atender toda a frota, evitando fragmentações em licitações individualizadas a cada uma das unidades administrativas onde estão lotadas as unidades da frota municipal de São Jorge D'Oeste/PR.

1.5 A recepção, a guarda, a marcação se possível dos produtos contratados deverá ocorrer no Almoxarifado Central, para posteriormente ser colocado à disposição das demandas originadas pelas diferentes secretarias e ou departamentos, para oportunizar o controle eficiente do estoque e das possibilidades de requisição quando de adoção de Sistema de Registro de Preços nas contratações.

## SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista de maneira generalizada no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A presente contratação está prevista no item SETORES CONTEMPLADOS do PCA 2024/2025.

### 2.2 Alinhamento Estratégico:





2.2.1. Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PCA 2025.

**SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO** (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

**3.1 Requisitos mínimos de qualidade:**

A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

**3.2 Requisitos normativos e legais:**

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

**3.6 Requisitos de sustentabilidade:**

A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades dentro da legislação vigente, pertinentes ao objeto pretendido, priorizando por requisitos tais como:

- Adoção e Implementação da Logística Reversa;
- Gestão de resíduos sólidos – Destinação/disposição final adequada de resíduos sólidos e rejeitos;
- Plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos casos estabelecidos pela Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (obras de engenharia);
- Licenciamento ambiental nos casos previstos em lei;
- Cadastro Técnico Federal em atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;
- Certificação florestal em produtos desta origem;
- Uso consciente da água;
- Outorga de água nos casos previstos em lei;
- Atendimento à legislação vigente de lançamento de efluentes líquidos;
- Atendimento à legislação vigente de qualidade do ar em casos de emissões atmosféricas;
- Manutenção periódica de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos/líquidos;
- Redução de impactos ambientais;
- Mitigação/compensação de impactos ambientais;
- Eficiência energética;





- Uso consciente de recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados;
- Produtos, equipamentos e serviços que possibilitem a redução do consumo de energia e recursos naturais;
- Tecnologias limpas;
- Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial;
- Atendimento aos critérios de acessibilidade.

**SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA** (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**4.1 - Identificação da necessidade do objeto:**

4.1.1. A estimativa da quantidade a ser contratada é justificada nos termos deste ETP, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. A descrição com o respectivo quantitativo a ser contratado está apresentada abaixo:

ITEM	COD EQUIP	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	67718	PNEU RADIAL MEDIDAS: 19.5 R24 para RETROESCAVADEIRA, índice de carga mínimo 3.400Kg mínimo de 16 lonas, com trama de aço Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480 mm, diâmetro externo mínimo de 1310 mm novo, construção radial, certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto. Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade	UND	20
2	67720	Pneu RADIAL Novo, Medidas: 20.5 –R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira CASE, desenho simétrico; capacidade de carga mínima 7.300 Kg velocidade mínimo 10 Km/h mínimo de 16 lonas trama de aço , Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445 mm, diâmetro externo mínimo de 1340mm, novo, construção radial certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto, Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade.	UND	8
3	67719	PNEU RADIAL, MEDIDAS: 23.1 R26 para ROLO COMPACTADOR, índice de carga mínimo 3600 Kg, mínimo de 16 lonas, desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, diâmetro total 1500mm, novo, construção radial, certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto. Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade. Modelo conforme a foto:	Und	8
4	67717	Pneu Radial, Novo dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquinas: Motoniveladora CASE 865B e Pá Carregadeira DOOSAN DL200; capacidade de carga mínima 15.500 Kg velocidade mínimo 20 Km/h mínimo de 16 lonas com trama de aço , Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445 mm, diâmetro externo mínimo de 1340 mm, novo, construção radial certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto, Marcas sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michelin, ou de igual ou superior qualidade.	Und	18





5	67721	Pneu veículo automotivo novo medidas 185/60 R15 88H, Material carcaça: Lona Poliester. Material talão: Arame Aço. Material banda de rodagem: Borracha flexível. Características adicionais: Sem câmara, Com certificação do INMETRO, DOT de no máximo 1(um) ano anterior a data da entrega.	UND	40
---	-------	---	-----	----

#### 4.2 Histórico de Licitações:

4.2.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente a aquisição de pneus:

Modalidade	Vigência
PE 075/2022	03/06/2022 à 02/06/2023
PE 190/2022	28/12/2022 à 27/12/2023
PE 047/2023	25/07/2023 à 24/07/2024
PE 086/2023	31/08/2023 à 30/08/2024
PE 118/2023	17/11/2023 à 16/11/2024
Disp. 035/2024	19/11/2024 à 19/11/2025
PE 002/2025	31/03/2025 à 31/03/2026

#### 4.3 Histórico de Consumo durante o período de vigência:

4.3.1. Na tabela abaixo é possível estar verificando, de forma geral, qual foi o consumo em cada licitação:

Modalidade	Valor Inicial (R\$)	Saldo Final (R\$)	% Utilizado
PE 075/2022	552.128,80	248.452,80	55
PE 190/2022	131.980,00	0	100
PE 047/2023	910.130,90	465.655,80	48,83
PE 086/2023	745.123,80	547.199,82	26,56
PE 118/2023	100.140,00	74.200,00	25,90
Disp. 035/2024	5.700,00	0	100
PE 002/2025	770.723,00	267.374,00	34,69

4.3.2. Na tabela abaixo, estão relacionados os veículos e equipamentos rodoviários adquiridos neste ano de 2025:

Data	Descrição
13/03/2025	ONIBUS ESCOLAR IVECO BUS 15-210 PLACA TBB-2F06
28/03/2025	HYUNDAI HB20 1.0 MT COMFORT PLUS PLACA-TBG-4H24
28/03/2025	HYUNDAI HB20 1.0 MT COMFORT PLUS PLACA-TBG-4H18
28/03/2025	HYUNDAI HB20 1.0 COMFORT PLUS PLACA TBG-4H20
31/03/2025	HYUNDAI HB20 1.0 MT COMFORT PLUS PLACA TBG-4H22
31/03/2025	HYUNDAI HB20 1.0 MT COMFORT PLUS PLACA TBG-4H21
14/05/2025	AMBULANCIA TIPO FURGÃO 417 TCA PLACA -TBK-0E50
06/06/2025	RETROESCAVADEIRA XC87C8R-I
16/06/2025	MOTONIVELADORA CASE NOVA NOD 86DB
30/06/2025	ONIBUS RURAL ESCOLAR ORE-2
02/07/2025	HYUNDAI HB20 1.0 COMFORT PLUS PLACA TBO-9J18





02/07/2025	HYUNDAI HB20 1.0 COMFORT PLUS PLACA TBO-9J21
02/07/2025	FORD ECOSPORT XL 1.6 FLEX BRANCO PLACA ASI-3164
02/09/2025	RETROESCAVADEIRA NOVA ZERO HORA
03/09/2025	VEICULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM NO MINIMO 20 + 1 LUGARES
10/09/2025	PÁ-CARREGADEIRA CASE

#### 4.4. Justificativa de quantitativo:

4.4.1. As quantidades listadas para a pretensa contratação foram estimadas visando atender a demanda de todas as secretarias.

4.4.2. De acordo com a tabela apresentada no item 4.3.2 é possível verificar que a frota municipal foi ampliada, logo há necessidade de aumentar quantidades já licitadas neste exercício bem como incluir pneus que ainda não foram licitados.

**SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

**5.1 Cenário 01** – Aquisição de produtos nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico para atender de forma imediata as demandas existentes.

**5.2 Cenário 02** – Promover a aquisição dos produtos por Ata de Registro de Preços, em quantidade aproximada do que realmente se consome no período considerado, para que não haja excedentes e prejuízos ao erário.

Este cenário possui a vantagem de requisitar apenas e somente a quantidade que se necessita a cada demanda, ou ao que é previsível em um determinado período.

**SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:





MUNICÍPIO DE  
**SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 092/2025

SEC.ADM

Padronização 01/2024 – Modelo aprovado pela Secretaria de  
Administração e pela Controladoria Interna. Outubro/2024.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4
1	PNEU RADIAL MEDIDAS: 19.5 R24 para RETROSCAVADEIRA, índice de carga mínimo 3.400Kg mínimo de 16 lonas, com trama de aço Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480 mm, diâmetro externo mínimo de 1310 mm novo, construção radial, certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto. Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade	UND	20	6.573,00	9.700,00	6.200,00	6.285,00
2	Pneu RADIAL Novo, Medidas: 20.5 –R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira CASE, desenho simétrico; capacidade de carga mínima 7.300 Kg velocidade mínimo 10 Km/h mínimo de 16 lonas trama de aço . Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445 mm, diâmetro externo mínimo de 1340mm, novo, construção radial certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto, Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade	UND	8	28.225,00	15.600,00	12.279,00	11.041,80
3	PNEU RADIAL, MEDIDAS: 23.1 R26 para ROLO COMPACTADOR, índice de carga mínimo 3600 Kg, mínimo de 16 lonas, desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, diâmetro total 1500mm, novo, construção radial, certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto. Marcas Sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, michelin, ou de igual ou superior qualidade. Modelo conforme a foto:	Und	8	18.048,00	12.500,00	10.000,00	11.878,50





4	Pneu Radial, Novo dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquinas: Motoniveladora CASE 865B e Pá Carregadeira DOOSAN DL200; capacidade de carga mínima 15.500 Kg velocidade mínimo 20 Km/h mínimo de 16 lonas com trama de aço . Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445 mm, diâmetro externo mínimo de 1340 mm, novo, construção radial certificado pelo INMETRO. Prazo de fabricação igual ou inferior a 6 meses no momento da entrega, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, Apresentação de catálogo em LINGUA PORTUGUESA com as informações técnicas e instrução de uso do produto, Marcas sugeridas: Goodyear, Pirelli, Firestone, Michelin, ou de igual ou superior qualidade.	Und	18	19.086,00	9.800,00	7.743,37	7.500,00
5	Pneu veículo automotivo novo medidas 185/60 R15 88H. Material carcaça: Lona Poliester. Material talão: Arame Aço. Material banda de rodagem: Borracha flexível. Características adicionais: Sem câmara, Com certificação do INMETRO, DOT de no máximo 1 (um) ano anterior a data da entrega.	UND	40			333,06	318,60

6.5 Pela Pesquisa de preços, define-se como valor máximo para a contratação, o valor de R\$ 440.078,40 (Quatrocentos e quarenta mil e setenta e oito reais e quarenta centavos).

6.6. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, espelhado abaixo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

#### 7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Por meio deste estudo, por meio de questionamentos a partir do contexto atual e dos posicionamentos em relação a frota municipal, foram verificados alguns benefícios quando da gestão da frota, bem como os possíveis cenários, para fundamentar decisões que podem ser tomadas pela Administração, nas futuras contratações de insumos, produtos e serviços para a frota municipal, isto, para suportar uma visão de diferentes possíveis soluções.

7.1.2. Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1: Terceirização total da frota, para a prestação de todos os serviços públicos e das necessidades da Administração Municipal.

7.1.2.2 Solução 2: Terceirização de parte da frota, para atender uma fração dos serviços públicos.





7.1.2.3 Solução 3: Adotar uma postura gerencial da frota municipal, promovendo contratações gerais, controlando com eficiência e eficácia o uso e o consumo, a manutenção e a conservação dos elementos, programa de renovação e modernização do parque de máquinas, veículos e equipamentos, investindo na capacitação de equipe, possivelmente, a criação de uma unidade administrativa, como um departamento ou então uma divisão, com esta função específica: controle gerencial da frota.

## 7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.2. Conforme já descrito no cenário 2: Contratações sob Registro de Preços, sem a formação de grandes estoques de pneus, buscando disponibilizar os objetos demandados, suportando um limite de prazo para a logística de suprimento, buscando a capacitação de equipe, que planeje e execute de modo eficiente e eficaz o gerenciamento da frota e das suas necessidades.

## 7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É contínuo, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

## 7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

## 7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução 3, admitida para o Cenário 2, assim, pretende-se a REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

## 7.6 Justificativa da escolha da solução:





7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

#### 7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidades de cada Secretaria.

#### 7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.8.3. Justifica-se a vigência contratual de 12 (doze) meses, considerando as necessidades de renovação da frota municipal, o que pode alterar significativamente o qualitativo dos produtos e dos serviços necessários para manter a disponibilidade funcional da frota.

### SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender a demanda da frota municipal foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Item, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.

### SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):





9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de insumos, produtos e serviços para todos os elementos da frota municipal, possibilitando o gerenciamento, controle, redução de gastos excessivos, bem como, possibilitar organização no ambiente de trabalho.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de todas as demandas da frota em conformidade as quantidades solicitadas e necessárias, de modo a não provocar atrasos indesejáveis, ou então, a não existência de Registro de Preços vigentes para os diferentes objetos relacionados a frota municipal.

9.2.3. Atenderá as necessidades das diversas Secretarias relativas à manutenção e conservação da frota municipal de maneira eficiente.

9.2.4. Ao realizar a manutenção preventiva/corretiva dos veículos e equipamentos da frota municipal, a Administração estará garantindo qualidade no atendimento ao público garantindo que as necessidades e expectativas da população sejam atendidas de forma satisfatória; bem como a melhoria dos trabalhos executados pelos servidores e a conservação do patrimônio público.

**SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

**SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, há contratações correlatas que devem ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial para a frota municipal, de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas da frota geral do Município.

**SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS** (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental,





sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

## 12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3. Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:

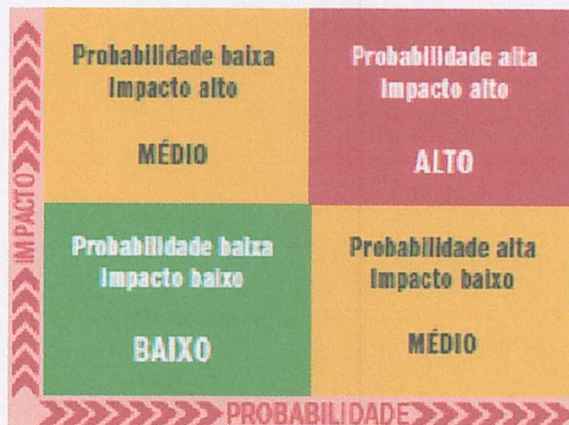


Figura 01 - Matriz de riscos simples

## 12.2 - MATRIZ DE RISCOS





12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- 1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;
- 2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (faixa laranja); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (faixa vermelha da matriz);
- 3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na faixa amarela deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;
- 4º). Os riscos cujos níveis se encontram na faixa verde poderão ser aceitos.

12.2.3. Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

## 12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS





12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição de produtos e contratação de serviços necessários para a manutenção e conservação da frota municipal.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 1 – Faixa laranja: Limite máximo de exposição ao risco.

2. A falta de veículos e equipamentos rodoviários em funcionamento por falta de pneus.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa Laranja: limite de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							





Resultado da análise:

Probabilidade 5 (Quase certo)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 80 – Faixa vermelha: inaceitável.

4. Comprometimento das atividades realizadas pela ADMINISTRAÇÃO, principalmente no atendimento à população causada pela indisponibilidade de veículos e equipamentos rodoviários.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 48 – Faixa vermelha: inaceitável.

5. Atraso na realização de processos licitatórios que evidenciam a falta de planejamento de gestão.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa laranja: O risco deve ser monitorado.





**SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Jônica M. Caetano  
Auxiliar Administrativo

Clodoaldo Blank  
Agente de Contratação – Fase Interna

Clair Mariano da Costa  
Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças

Versão do Doc. Padrão 01/2024

São Jorge D'Oeste – PR, aos 02 dias do mês de outubro de 2025.